LEGISLAÇÃO, NORMAS E DOCUMENTOS DE HARMONIZAÇÃO APLICÁVEIS

Apresenta-se a listagem do conjunto de diplomas legislativos, normas e documentos de harmonização aplicáveis no âmbito deste Plano de Segurança e Saúde, sem isto significar que se trata de uma relação exaustiva que cobre todas as situações para a execução da obra, designadamente as decorrentes da aplicação de materiais não previstos que envolvam riscos especiais abrangidos por regulamentação específica.

O objetivo desta listagem é permitir ao Coordenador de Segurança e Saúde em Obra e à Entidade Executante localizarem rapidamente a regulamentação relacionada com a generalidade das situações presentes neste empreendimento numa perspetiva de através do conhecimento das mesmas poderem melhorar o seu desempenho.

A resolução de situações fora deste contexto deverá conduzir a uma pesquisa mais abrangente.

Regulamentação de Âmbito Geral (Segurança e Saúde no Trabalho)

- Lei nº 3/2014, de 28 de Janeiro - Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto -Lei n.º 116/97, de 12 de Maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de Novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca.
- Lei nº 102/2009, de 10 de setembro - Estabelece o regime jurídico da promoção da Segurança e Saúde no Trabalho. Revoga o Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de novembro.
- Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de outubro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/654/CEE de 30 de novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para os locais de trabalho.
- Portaria n.º 987/93 de 6 de outubro - Estabelece as normas técnicas de execução do Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 de outubro.
- Decreto-lei n.º 60/99 de 2 de março - Cria o Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário (IMOPPI) e extingue o Conselho de Mercados das Obras Públicas e Particulares (CMOPP) - Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.
- Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril - Cria, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).
- Lei nº 118/99, de 11 de agosto - Alterações ao Decreto-Lei n.º 26/94 de 1 de fevereiro.

- Decreto-lei nº 159/99 de 11 de maio - Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes.
- Lei nº 14/2001, de 4 de junho - Alterações ao Decreto-Lei n.º 110/2000 de 30 de junho.
- Declaração de Retificação nº 20-F/2001 de 31 de outubro - Retifica o Decreto-Lei nº 245/2001, do MTS, que reestrutura o CNHST.
- Portaria nº 104/2001 de 21 de fevereiro - Aprova os programas de concurso tipo, os cadernos de encargos tipo, respetivos anexos e memorandos, para serem adotados nas empreitadas de obras públicas por preço global ou por série de preços e com projetos do dono da obra e nas empreitadas de obras públicas por percentagem. Revoga a Portaria n.º 428/95, de 10 de maio.
- Decreto-Lei nº 29/2002 de 14 de Fevereiro - Cria o programa de Adaptação dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, previstos no Decreto-Lei nº 26/94, de 1 de Fevereiro, alterado pelas Leis nº 7/95, de 29 de Março, e 118/99, de 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei nº 109/2000, de 30 de Junho, e define o respetivo regime jurídico.
- Decreto Legislativo Regional nº 12/2002/A de 11 de abril - Estabelece as condições de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança e higiene no trabalho, de técnico de segurança e higiene no trabalho, as normas de emissão de certificados de aptidão profissional e as condições de homologação dos respetivos cursos de formação profissional.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 42/2002, de 5 de maio - Cria um grupo de trabalho para a elaboração dos projetos dos planos de prevenção dos riscos profissionais e combate à sinistralidade, previstos no Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade, celebrado em 9 de fevereiro de 2001, entre o Governo e todos os parceiros com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.
- Portaria n.º 1031/2002, de 10 de agosto – Aprova o modelo da Ficha de Aptidão a preencher pelo médico do trabalho face aos resultados dos exames de admissão, periódicos e ocasionais, efetuados aos trabalhadores.
- Portaria n.º 1184/2002, de 29 de agosto – Aprova o modelo de relatório anual da atividade dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto – Aprova o Código do Trabalho.
- Lei n.º 35/2004, de 29 de julho – Transpõe parcial ou totalmente várias diretivas Regulamenta a Lei Nº 99/2003, de 27 de agosto, que aprovou o Código do Trabalho.
- Decreto-Lei n.º 22/93, de 26 de junho - Aprova para ratificação a Convenção n.º 160 da OIT, relativa à Estatística de Trabalho.

- Decreto-Lei n.º 362/93 de 15 de outubro - Estabelece as regras relativas à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.
- Decreto-Lei n.º 26/94 de 1 de fevereiro - Estabelece o regime de organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- Lei n.º 7/95 de 29 de março - Alteração, por ratificação, do Decreto-Lei n.º 26/94 de 1 de fevereiro.
- Portaria n.º 1179/95 de 26 de setembro - Aprova o modelo da ficha de notificação da modalidade adotada pela empresa para a organização dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho.
- Portaria n.º 53/96 de 20 de fevereiro - Alterações à Portaria n.º 1179/95 de 26 de setembro;
- Lei nº 100/97 de 13 de setembro - Lei dos acidentes de trabalho;
- Decreto-lei nº 143/99 de 30 de abril - Regulamenta a Lei n.º 100/97 de 13/9, no que respeita à reparação de danos emergentes de acidentes de trabalho.
- Decreto-Lei n.º 133/99 de 21 de abril - Altera o Decreto-Lei n.º 441/91 de 14 de novembro, relativo aos princípios de prevenção de riscos profissionais, para assegurar a transposição de algumas regras da diretiva quadro relativa à Segurança e Saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho.
- Decreto-Lei n.º 109/2000 de 30 de junho - Regime de organização e funcionamento das atividades de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.
- Lei nº 42/2012, de 28 de agosto – Revoga o Decreto-Lei n.º 110/2000 de 30 de junho, o título profissional, antigo certificado de aptidão profissional, não carece de renovação.
- Decreto-Lei n.º 341/93, de 30 de setembro - Aprova a tabela nacional de incapacidades por acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Trabalho na Construção Civil

- Decreto-Lei n.º 41820 de 11 de agosto de 1958 - Estabelece a fiscalização e infrações às normas de segurança para proteção do trabalho nas obras de construção civil.
- Decreto-Lei n.º 41821 de 11 de agosto de 1958 - Aprova o Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil.
- Decreto-Lei n.º 46427 de 10 de julho de 1965 - Aprova o Regulamento das Instalações Provisórias do pessoal empregado nas Obras.
- Decreto-Lei n.º 308/89 de 14 de setembro - Comete ao IMOPPI competência para fiscalizar a proteção, organização, segurança e sinalização de estaleiros de obras.

- Decreto-Lei nº 398/91 de 16 de outubro – Estabelece um novo regime jurídico da duração do trabalho e do trabalho suplementar. Altera os Decretos-Leis nºs 409/71, de 27 de setembro e 421/83, de 2 de dezembro.
- Decreto-Lei nº 65/87 de 6 de fevereiro – Elimina a obrigatoriedade de aprovação prévia pela administração do trabalho nos mapas de horário de trabalhos.
- Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/57/CEE de 24 de junho, relativa a prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis (juntam-se cópias no Anexo 1).
- Portaria n.º 101/96 de 3 de abril - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 155/95 de 1 de julho relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.
- Decreto-Lei n.º 308/89 de 14 de setembro – Comete ao CMOPP (agora IMOPPI) competência para fiscalizar a proteção, organização, segurança e sinalização de estaleiros de obras.
- Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de junho – Altera diversas legislações no âmbito dos requisitos de segurança e identifica a que deve obedecer o fabrico e comercialização de determinados produtos e equipamentos.
- Lei nº 113/99, de 3 de agosto - Desenvolve e concretiza o regime geral das contraordenações laborais.
- Portaria n.º 1109/2001, de 9 de setembro – Define os requisitos que deve obedecer o "Livro de Obra".
- Portaria n.º 390/2002 de 11 de abril - Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública central e local.
- Decreto-Lei n.º 12/2004 de 9 de janeiro - Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação.
- Decreto-Lei n.º 326-B/2007 de 28 de setembro – Aprova a orgânica da Autoridade para as Condições do Trabalho do ato (revogado pelo(a) Dec. Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho).
- Dec. Regulamentar n.º 47/2012, de 31 de julho - Aprova a orgânica da Autoridade para as Condições do Trabalho.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro – Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro – Aprova a revisão do Código do Trabalho.
- Contrato Coletivo de Trabalho Vertical, aplicável às empresas que se dedicam à atividade da Construção Civil e Obras Públicas.
- Decreto-lei nº 48/95 de 15 de março - Código Penal - Art.ºs 277º a 280º.

- Lei nº 116/99 de 4 de agosto - Aprova o regime geral das contraordenações laborais.
- Portaria n.º 299/2007 de 16 de março - Regulamenta o código de trabalho.
- Regulamento n.º 27/99-R de 8 de novembro de 1999 do Instituto de Seguros de Portugal - Apólice uniforme do seguro de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem.

Minas e pedreiras

- Decreto-Lei nº 162/90, de 22 de maio – Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras que tem por objetivo a prevenção técnica dos riscos profissionais e a higiene nos locais de trabalho onde se desenvolvem atividades que visem a exploração de minas e pedreiras. Revoga o Decreto-Lei nº. 18/85, de 15 de janeiro.
- Decreto-Lei n.º 324/95 - Transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.os 92/91/CEE, de 3 de novembro, e 92/104/CEE, de 3 de dezembro, relativas às prescrições mínimas de saúde e segurança a aplicar nas indústrias extrativas por perfuração a céu aberto ou subterrâneas.
- Decreto-Lei n.º 105/91 - Estabelece o regime de colocação no mercado e utilização de máquinas e material de estaleiro.
- Portaria n.º 197/96 - Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas por perfuração.
- Portaria n.º 198/96 - Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas a céu aberto ou subterrâneas.
- Decreto-Lei n.º 426/83, de 07/12 - Regulamento de Proteção e Segurança Radiológica nas Minas e Anexos de Tratamento de Minério e de Recuperação de Urânio.
- Decreto-Lei n.º 324/95, de 29/11 - Estabelece regulamentação relativa às prescrições mínimas destinadas a melhorar a proteção em matéria de segurança e saúde dos trabalhadores das indústrias extrativas por perfuração a céu aberto e subterrâneas.
- Portaria n.º 197/96, de 04/06 - Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas por perfuração.
- Portaria n.º 198/96, de 04/06 - Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extrativas a céu aberto ou subterrâneas.
- Decreto-Lei n.º 270/2001, de 06/10 - Regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras.

Sinalização Rodoviária e Ocupação da Via Pública

- Portaria n.º 1465-A/95 de 11 de dezembro - Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.
- Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro - Aprova o Regulamento de Sinalização de Trânsito e inclui a regulamentação relativa à sinalização de obras e obstáculos ocasionais na via pública (revoga o anterior Decreto Regulamentar n.º 33/88 de 12 de setembro).

Equipamento de Proteção Individual

- Decreto-Lei n.º 128/93 de 22 de abril - Estabelece as exigências técnicas de segurança a observar pelos equipamentos de proteção individual, de acordo com a Diretiva n.º 89/686/CEE de 25 de dezembro.
- Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de outubro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/656/CEE de 30 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de proteção individual.
- Portaria n.º 988/93 de 6 de outubro - Estabelece a descrição técnica do equipamento de proteção individual, de acordo com o artº 7º do Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 de outubro.
- Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro - Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual, de acordo com o artº 2º do Decreto-Lei n.º 128/93 de 22 de abril.
- Portaria n.º 109/96 de 10 de abril - Altera os Anexos I, II, IV e V da Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro.
- Portaria nº 695/97 de 19 de agosto – Altera os anexos I e V da Portaria 1131/93 de 4 de novembro.
- Decreto-lei nº 374/98 de 24 de novembro - Altera os Decretos-Lei n.º 378/93 de 5/11, n.º 128/93 de 22/4, n.º 383/93 de 18/11, n.º 130/92 de 6/6, n.º 117/88 de 12/4 e n.º 113/93 de 10/4, relativos a EPI e marcação CE.

Máquinas, Equipamentos e Materiais de Estaleiro

- Portaria n.º 879/90 de 20 de setembro - Estabelece as disposições legais sobre a poluição sonora emitida por diversos equipamentos.
- Decreto-Lei n.º 105/91 de 8 de março - Estabelece o regime de colocação no mercado e utilização de máquinas e material de estaleiro.

- Decreto-Lei n.º 273/91 de 7 de agosto - Aparelhos de elevação e movimentação.
- Decreto-Lei n.º 286/91 de 9 de agosto - Aparelhos de elevação e movimentação.
- Portaria 933/91 de 13 de setembro - ROPS - Proteção contra capotagem.
- Portaria 934/91 de 13 de setembro - FOPS - Proteção contra queda de objetos.
- Decreto-Lei n.º 113/93 de 10 de abril - Define os procedimentos, a adotar com vista a que os materiais de construção se revelem adequados ao fim a que se destinam.
- Decreto-Lei nº 378/93 de 05 de novembro - "Diretivas relativas à conceção e fabrico de máquinas com vista a eliminar ou diminuir riscos para a saúde e segurança quando utilizados".
- Decreto-Lei n.º 330/93 de 25 de setembro – Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 90/269/CEE de 29 de maio relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde na movimentação manual de cargas.
- Decreto-Lei n.º 331/93 de 25 de setembro – Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/655/CEE de 30 de novembro relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na utilização de equipamentos de trabalho.
- Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de outubro – Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 90/270/CEE de 29 de Maio relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor.
- Decreto-Lei n.º 378/93 de 5 de Novembro – Transpõe para o direito interno as Diretivas nºs 89/392/CEE de 14 de Junho e 91/368/CEE de 20 de Junho relativas à conceção e fabrico de máquinas.
- Portaria n.º 566/93 de 2 de Junho - Estabelece as exigências essenciais das obras suscetíveis de condicionar as características dos materiais nelas utilizados.
- Portaria n.º 989/93 de 6 de Outubro – Regulamenta o Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de Outubro.
- Portaria n.º 145/94 de 12 de Março – Regulamenta o Decreto-Lei n.º 378/93 de 5 de Novembro.
- Decreto-Lei n.º 214/95 de 18 de Agosto - Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas visando eliminar riscos para a saúde e segurança das pessoas.
- Portaria n.º 280/96 de 22 de Julho – Altera os anexos I, II, III, IV e V da Portaria 145/94 de 12 de Março.
- Decreto-Lei n.º 82/99 de 16 de Março - Altera o regime relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização de equipamentos de trabalho. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 95/63/CE de 5 de Dezembro.
- Portaria 172/2000 de 23 de Março – Máquinas usadas – Requisitos de Segurança.
- Decreto-Lei 320/2001 de 12 de Dezembro – Requisitos de Segurança para máquinas novas e máquinas usadas importadas de países terceiros à União Europeia.

- Decreto-Lei n.º 139/95, de 14 de Junho - Altera diversa legislação no âmbito dos requisitos de segurança a que devem obedecer produtos, materiais e equipamentos. Alterado pelo Decreto-Lei nº 320/2001, de 12 de Dezembro.
- Decreto-Lei 225/2001 de 11 de Agosto - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2000/3/CE, da Comissão, aprovando o Regulamento de Homologação dos Cintos de Segurança e dos Sistemas de Retenção dos Automóveis.
- Portaria nº. 58/2005 - Estabelece as normas relativas às condições de emissão dos certificados de aptidão profissional (CAP) e de homologação dos respetivos cursos de formação profissional, relativos aos perfis profissionais de condutor(a) manobrador(a) de equipamentos de movimentação de terras e de equipamentos de elevação.
- Decreto-Lei n.º50/2005 de 25 de Fevereiro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º. 2001/45/CE, do Parlamento europeu e do Conselho, de 27 de Junho, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, e revoga o Decreto-Lei n.º 82/99 de 16 de Março.

Sinalização de Segurança

- Portaria n.º 178/2015 - Primeira alteração à Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de Dezembro, que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.
- Decreto-Lei n.º 22-A/98 - Regulamenta a sinalização de trânsito.
- Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 de Junho - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/58/CEE de 24 de Junho, relativa a prescrições mínimas para a sinalização de segurança e saúde no trabalho.
- Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de Dezembro - Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.
- Manual de Sinalização Temporária da ex-J.A.E. – Tomo II – Estradas com Uma Faixa de Rodagem.
- Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto – Altera o Regulamento de Sinalização de Transito, aprovado pelo Decreto-Lei nº 22-A/98.
- Lei nº 33/2004, de 28 de Julho - Colocação de proteção nas guardas de segurança nas vias de circulação públicas, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspetiva de segurança dos veículos de duas rodas.

Ruído

- Decreto-Lei n.º 72/92 de 28 de Abril - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 86/188/CEE de 12 de Maio, relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos devidos à exposição ao ruído durante o trabalho.
- Decreto Regulamentar n.º 9/92 de 28 de Abril - Regulamenta o Decreto-Lei n.º 72/92 de 28 de Abril.
- Portaria n.º 77/96 de 9 de Março - Estabelece disposições legais sobre poluição sonora emitida por diversas atividades.
- Decreto-Lei n.º 292 /2000 de 14 de Novembro – Aprova o regime legal sobre a poluição sonora, designado por "Regulamento Geral do Ruído " (revoga o Decreto-Lei nº 251/87 de 24 de Junho e o Decreto-Lei nº 292/89 de 2 de Setembro);
- Decreto-Lei n.º 76 /2002 de 26 de Março – Aprova o regulamento das emissões sonoras para o ambiente do equipamento de utilização no exterior.
- Decreto-lei nº 292/2000 de 14 de Novembro - Estabelece o regime legal sobre a poluição sonora - Regulamento Geral do Ruído "- revoga o Decreto-Lei nº 251/87 de 24 de Junho e o Decreto-Lei nº 292/89 de 2 de Setembro.
- Decreto-Lei n.º 76/2002 de 26 de Março de 2002 - Aprova o Regulamento das Emissões Sonoras para o Ambiente do Equipamento para Utilização no Exterior, transpondo para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 2000/14/CEE , do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Maio.
- Decreto-Lei nº 259/2002 de 23 de Novembro - Alterações ao Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.
- Decreto-Lei nº 259/2002 de 23 de Novembro - Alterações ao Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.
- Decreto-Lei nº 46/2006 de 24 de Fevereiro - Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2002/44/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa às prescrições mínimas de proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (vibrações).
- Decreto-Lei nº 182/2006 de 6 de Novembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/10/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Fevereiro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).
- Decreto-Lei nº 221/2006 de 8 de Novembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/88/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de Dezembro, que altera a Diretiva n.º

2000/14/CE, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros em matéria de emissões sonoras para o ambiente dos equipamentos para utilização no exterior.

- Decreto-Lei nº 9/2007 de 17 de Janeiro - Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.
- Decreto-Lei nº 278/2007 de 1 de Agosto - Altera o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído.
- Declaração de Retificação n.º 18/2007 de 17 Março - De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 9/2007, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 12, de 17 de Janeiro de 2007.

Riscos Elétricos

- Portaria n.º 37/70 de 17 de Janeiro - Primeiros Socorros em acidentes pessoais produzidos por correntes elétricas.
- Decreto Regulamentar n.º 1/92 de 18 de Fevereiro - Regulamento de Segurança em linhas elétricas de alta tensão.
- Decreto-Lei n.º 177/88 de 12 de Abril - Equipamento elétrico utilizado entre certos limites de tensão.
- Decreto-Lei n.º 428/95 de 31 de Março - Regulamento de Segurança da sub-estação e postos de transformação.
- Decreto-Lei n.º 740/74 de 26 de Dezembro - Aprova o regulamento de segurança de instalações de utilização de energia elétrica (alterado pela Portaria n.º 303/76 de 26 de Abril).
- Dec. Reg. n.º 42 895, de 31 de Março de 1960 – Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento. Alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 14/77, de 18 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 56/85, de 6 de Fevereiro, e Portaria n.º 37/70, de 17 de Janeiro.
- Decreto-Lei n.º 303/76, de 26 de Abril – Introduz alterações no Decreto-Lei n.º 740/74, de 26 de Dezembro, que aprova o Regulamento de Instalações de Utilização de Energia Elétrica e o Regulamento de Segurança de Instalações Coletivas de Edifícios e Entradas.
- Dec. Reg. 90/84, de 26 de Dezembro – Estabelece o Regulamento de Segurança das Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.

- Decreto-Lei n.º 77/90, de 12 de Março – Isenta de licenciamento municipal as instalações elétricas que resultem de ato administrativo que determine o embargo e demolição de obras que violem a legislação urbanística.

Trabalhadores Estrangeiros

- Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro – Estabelece as condições de entrada / permanência /saída e afastamento de estrangeiros do Território Português.
- Decreto-lei nº 244/98 de 8 de Agosto - Regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (revogado pelo(a) Lei nº 23/2007).
- Lei nº 97/99 de 26 de Julho - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, do DL n.º 244/98, de 8/8, que regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.
- Lei nº 22/2002, de 21 de Agosto - Autoriza o Governo a alterar o regime que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, previsto no Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto.
- Decreto-lei nº 34/2003 de 25 de Fevereiro - Altera o regime jurídico da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 22/2002, de 21/8.
- Lei nº 23/2007, de 4 de Julho - Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.
- Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro - Regulamenta a Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional.

Utilização de Substâncias Químicas

- Decreto-Lei n.º 479/85, de 13 de Novembro – Estabelece as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efetivo ou potencial para os trabalhadores profissionalmente expostos. Retificado pela Declaração de Retificação 0/86, de 31 de Janeiro.
- Diretiva 88/642/CEE, do Concelho, de 16 de Dezembro – Altera a Diretiva 80/1107/CEE relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes químicos, físicos e biológicos durante o trabalho.

- Decreto-Lei n.º 274/89, de 21 de Agosto - Estabelece diversas medidas de proteção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao chumbo.
- Decreto-Lei nº 275 / 91 de 7 de Agosto - Regulamenta as medidas especiais de prevenção e proteção da saúde dos trabalhadores contra os riscos de exposição a algumas substâncias químicas.
- Decreto-Lei n.º 82/95, de 22 de Abril – Transpõe para o direito interno várias Diretivas Comunitárias respeitantes à Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas.
- Portaria n.º 732-A/96, de 11 de Dezembro – Regulamento para a Notificação de Substâncias Químicas e para a Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas.
- Decreto-Lei n.º 330-A/98, de 2 de Novembro – Transpõe para a ordem jurídica interna várias Diretivas Comunitárias relativas à Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas. Introduz alterações à Portaria n.º 732-A/96, de 11 de Dezembro.
- Lei n.º 113/99, de 3 de Agosto - Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de atividades ou a determinados riscos profissionais.
- Decreto-Lei n.º 209/99, de 11 de Junho – Introduz alterações ao Anexo I do Regulamento para a Notificação de Substâncias Químicas e para a Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas.
- Decreto-Lei 195-A/2000, de 22 de Agosto – Transpõe para o direito interno várias Diretivas Comunitárias que alteram o Anexo I do Regulamento para a Notificação de Substâncias Químicas e para a Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas.
- Decreto-Lei n.º 301/2000, de 18 de Novembro – Transpõe para direito interno a Diretiva 394/CEE/1990, do Conselho, de 28 de Junho, alterada pela Diretiva n.º 42/CE/1997, do Conselho, de 27 de Junho, e a Diretiva 38/CE/1999, do Conselho, de 29 de Abril, relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.
- Decreto-Lei n.º 164/2001, de 23 de Maio – Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 82/CE/1996 do Conselho, de 9 de Dezembro, relativa à prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas.
- Decreto-Lei n.º 222/2001, de 8 de Agosto – Altera o Regulamento para a Notificação de Substâncias Químicas e para a Classificação, Embalagem e Rotulagem de Substâncias Perigosas.
- Decreto-Lei nº 290/2001 de 16 de Novembro - Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva nº 98/24/CE, do Conselho, de 7 de Abril, relativa à proteção da segurança e saúde dos

trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho, bem como as Diretivas nº 91/322/CEE, da Comissão, de 29 de Maio e 2000/39/CE, da Comissão, de 8 de Junho, sobre valores limites de exposição profissional a agentes químicos.

- Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de Julho - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Março, que altera a Diretiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de Setembro, relativa à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho
- Decreto-Lei n.º 305/2007, de 24 de Agosto - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/15/CE, da Comissão, de 7 de Fevereiro, que estabelece uma segunda lista de valores limite de exposição profissional (indicativos) a agentes químicos para execução da Diretiva n.º 98/24/CE, do Conselho, de 7 de Abril, alterando o anexo ao Decreto-Lei n.º 290/2001, de 16 de Novembro.

Utilização de Explosivos

- Decreto-lei 521/71 de 24 de Novembro - Estabelece o regime de polícia da produção, comércio, detenção, armazenagem e emprego de armamento, munições e substâncias explosivas e determina que a Comissão dos Explosivos, organismo de consulta e execução constituído no Ministério da Economia, passe, com todas as suas dependências, para o departamento da Defesa Nacional - Revoga a legislação em contrário e em especial os Decretos-Leis n.os 36085, 44234, com exceção do seu artigo 2.º, e 44849 e o Decreto n.º 46525 - Aprova as tabelas de taxas e emolumentos, bem como os modelos I a V anexos ao presente diploma.
- Decreto-lei 521/71 de 24 de Novembro - Estabelece o regime de polícia da produção, comércio, detenção, armazenagem e emprego de armamento, munições e substâncias explosivas e determina que a Comissão dos Explosivos, organismo de consulta e execução constituído no Ministério da Economia, passe, com todas as suas dependências, para o departamento da Defesa Nacional - Revoga a legislação em contrário e em especial os Decretos-Leis n.os 36085, 44234, com exceção do seu artigo 2.º, e 44849 e o Decreto n.º 46525 - Aprova as tabelas de taxas e emolumentos, bem como os modelos I a V anexos ao presente diploma.
- Circular 3493/75 de 15 de Junho de 1973 da Comissão de Explosivos - Cédula de operador de substâncias explosivas.
- Decreto 393/75 de 23 de Julho - Cria as cédulas de operador de substâncias explosivas, de explosivos ou de pólvoras. - Revoga o Decreto n.º 189/73, de 27 de Abril.

- Decreto-lei 376/84 de 30 de Novembro - Aprova o Regulamento sobre o Licenciamento dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos, o Regulamento sobre o Fabrico, Armazenagem, Comércio e Emprego de Produtos Explosivos e o Regulamento sobre Fiscalização de Produtos Explosivos. Nota: Há desconformidade entre o emissor que consta no sumário e o que consta no texto respetivo.
- Decreto-Lei nº 18 de 15 de Janeiro de 1985 - Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras.
- Decreto-Lei n.º 303/90, de 27 de Setembro - Aprova o regime de fabrico, armazenagem, comércio e uso de artifícios pirotécnicos, luminosos ou fumígenos, destinados a sinalização.
- Decreto-lei 265/94 de 25 de Outubro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/15/CEE, do Conselho, de 5 de Abril, relativa à harmonização da legislação sobre explosivos para utilização civil.
- Decreto-Lei n.º 139/2002 de 17 de Maio - Aprova o Regulamento de Segurança dos Estabelecimentos de Fabrico e de Armazenagem de Produtos Explosivos e revoga o Decreto-Lei n.º 142/79, de 23 de Maio, e as Portarias n.os 29/74, de 16 de Janeiro, 831/82, de 1 de Setembro, e 506/85, de 25 de Julho) - Ministério da Administração Interna.
- Decreto-Lei n.º 267-A/2003, de 27 de Outubro - Transpõem para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/7/CE, da Comissão, de 29 de Janeiro, e a Diretiva n.º 2003/28/CE, da Comissão, de 7 de Abril, que adaptam ao progresso técnico a Diretiva n.º 94/55/CE, do Conselho, de 21 de Novembro, relativa à aproximação das legislações do Estados membros respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas, e a Diretiva n.º 2001/26/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Maio, que altera a Diretiva n.º 95/50/CEE, do Conselho, de 6 de Outubro, relativa a procedimentos uniformes de controlo do transporte rodoviário de mercadorias perigosas.

Regime geral de empreitadas

- Portaria n.º 228/2015, de 3 de agosto - Aprova os modelos de alvarás e de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE).
- Portaria n.º 113/2015, de 22 de Abril - Procede à identificação dos elementos instrutórios dos procedimentos previstos no regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE) e revoga a Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março.
- Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de Novembro - Retifica o Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro.

- Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro - procede à décima terceira alteração ao Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), bem como à segunda alteração ao Decreto – Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, e à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.
- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro – Regime jurídico da urbanização e edificação.
- Portaria n.º 104/2001, 21 de Fevereiro – Aprova os programas de concurso tipo, os CE tipo, respetivos anexos e memorandos, para serem adotados nas empreitadas de obras públicas por preço global ou por série de preços e com projeto do Dono de Obra e nas empreitadas de obras públicas por percentagem. Revoga a Portaria n.º 428/95 de 10 de Maio. Alterada pela Portaria n.º 3/2002 de 04 de Janeiro e pela Portaria n.º 1465/2002 de 14 de Novembro.
- Decreto-Lei n.º 177/2001, de 04 de Junho – Altera o Decreto-Lei Nº 555/1999, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e da edificação.
- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto – Estabelece os procedimentos a observar na contratação de empreitadas, fornecimentos e prestações de serviços nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações.
- Decreto-Lei n.º 245 /2003, de 7 de Outubro – Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº 78/CE/2001, da Comissão, de 13 de Setembro, alterando os anexos relativos aos modelos dos concursos para os contratos relativos à adjudicação de empreitadas de obras públicas constantes do Decreto-Lei nº 59/1999, de 2 de Março, e os anexos relativos aos modelos dos concursos para a celebração de contratos nos sectores da água, energia, transportes e telecomunicações constantes do Decreto-Lei nº 223/2001, de 9 de Agosto.
- Decreto-Lei n.º 6 /2004, de 6 de Janeiro – Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços.
- Decreto-Lei n.º 12 /2004, de 9 de Janeiro – Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de construção.
- Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro – Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção.
- Portaria nº 14/2004, de 10 de Janeiro – Estabelece a concessão e revalidação dos títulos de registo no IMOPPI.
- Portaria nº 15/2004, de 10 de Janeiro – Estabelece o regime de pagamento de taxas relativos a procedimentos administrativos tendentes à emissão substituição ou regularização de alvarás e títulos de registo e de mais procedimentos administrativos.

- Portaria nº 16/2004 de 10 de Janeiro – Estabelece o quadro mínimo de pessoal com diversas habilitações que deve integrar as empresas de construção.
- Portaria nº 17/2004 de 10 de Janeiro – Estabelece as classes e habilitações relacionadas nos alvarás para o exercício da atividade de construção, até 31 de Janeiro de 2005.
- Portaria nº 18/2004 de 10 de Janeiro – Estabelece os elementos necessários à comprovação da posse dos requisitos de ingresso e permanência na atividade da construção.
- Portaria n.º 19/2004 de 10 de Janeiro – Agrupa em categorias os tipos de trabalhos que são executados por empresas de construção.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

Agentes Biológicos

- Decreto-Lei n.º 84/97, de 16 de Abril - Transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas do Conselho n.º 90/679/CEE, de 26 de Novembro, e 93/88/CEE, de 12 de Outubro, e a Diretiva n.º 95/30/CE, da Comissão, de 30 de Junho, relativas à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos resultantes da exposição a agentes biológicos durante o trabalho.
- Portaria n.º 405/98 de 11 de Julho - Aprova a classificação dos agentes biológicos.
- Portaria n.º 1036/98 de 15 de Dezembro - Altera a lista dos agentes biológicos classificados para efeitos da prevenção de riscos profissionais, aprovada pela Portaria n.º 405/98, de 11 de Julho.
- Lei n.º 113/99, de 3 de Agosto - Desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de atividades ou a determinados riscos profissionais.
- Decreto-Lei n.º 2/2001, de 4 de Janeiro - Regula a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 98/81/CE, do Conselho, de 26 de Outubro, que altera a Diretiva n.º 90/219/CEE, do Conselho, de 23 de Abril.

Radiações Ionizantes

- Decreto-Lei n.º 426/83, de 7 de Dezembro - Aprova o Regulamento de Proteção e Segurança Radiológica nas Minas e Anexos de Tratamento de Minério e de Recuperação de Urânio.

- Decreto-Lei n.º 348/89, de 12 de Dezembro - Estabelece normas e diretivas de proteção contra as radiações ionizantes.
- Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril - Estabelece a regulamentação das normas e diretivas de proteção contra as radiações ionizantes.
- Decreto-Lei n.º 26/93, de 18 de Agosto - Aprova, para ratificação, a Convenção n.º 115 da Organização Internacional do Trabalho.
- Decreto-Lei n.º 36/95, de 14 de Fevereiro - Transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 89/618/EURATOM relativa à informação da população sobre medidas de proteção sanitária aplicáveis em caso de emergência radiológica.
- Decreto-Lei n.º 165/2002, de 17 de Julho - Estabelece as competências dos organismos intervenientes na área da proteção contra radiações ionizantes, bem como os princípios gerais de proteção, e transpõe para a ordem jurídica interna as disposições correspondentes da Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio, que fixa as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.
- Decreto-Lei n.º 167/2002, de 18 de Julho - Estabelece o regime jurídico relativo ao licenciamento e ao funcionamento das entidades que desenvolvem atividades nas áreas de proteção radiológica e transpõe para a ordem jurídica interna disposições relativas às matérias de dosimetria e formação, da Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio de 1996, que fixa as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.
- Decreto-Lei n.º 140/2005, de 17 de Agosto - Estabelece os valores de dispensa de declaração do exercício de práticas que impliquem risco resultante das radiações ionizantes e, bem assim, os valores de dispensa de autorização prévia para o exercício das mesmas atividades, transpondo as correspondentes disposições da Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio.
- Decreto-Lei n.º 222/2008, de 17 de Novembro - Transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 96/29/EURATOM, do Conselho, de 13 de Maio, que fixa as normas de segurança de base relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes
- Declaração de Retificação 14-M/97, de 31 de Julho - De ter sido retificado o Decreto Regulamentar n.º 29/97, do Ministério da Saúde, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 90/641/EURATOM, do Conselho, de 4 de Dezembro, e estabelece o regime de proteção dos

trabalhadores de empresas externas que intervêm em zonas sujeitas a regulamentação com vista à proteção contra radiações ionizantes.

- Decreto Regulamentar n.º 3/92, de 6 de Março - Altera o Decreto Regulamentar n.º 9/90, de 19 de Abril, relativo à proteção contra radiações ionizantes.
- Decreto Regulamentar n.º 29/97, de 29 de Junho - Transpõe para o ordenamento jurídico interno a Diretiva n.º 90/641/EURATOM, do Conselho, de 4 de Dezembro, e estabelece o regime de proteção dos trabalhadores de empresas externas que intervêm em zonas sujeitas a regulamentação com vista à proteção contra radiações ionizantes.

Descargas e Resíduos na Obra

- Decreto-Lei nº 239 de 9 de Setembro de 1997 - Estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos. Revoga o Decreto-Lei n.º 310/95, de 20 de Novembro.
- Portaria nº 961 de 10 de Novembro de 1998- Estabelece os requisitos a que deve obedecer o processo de autorização prévia das operações de armazenagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos industriais, resíduos sólidos urbanos ou outros tipos de resíduos.
- Portaria nº 792 de 22 de Setembro de 1998 - Aprova o modelo de mapa de registo de resíduos industriais. Revoga a Portaria n.º 189/95, de 20 de Junho.
- Portaria 818/97 de 5 de Setembro - Aprova a lista harmonizada, que abrange todos os resíduos, designada por Catálogo Europeu de Resíduos (CER).
- Declaração de retificação 19L98 de 31 de Dezembro, modelo 1513 e 1514 INCN.
- Portaria nº 335/97 de 16 de Maio - Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional.
- Decreto-Lei n.º 38/99 de 6 de Fevereiro - Institui um novo regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, por conta de outrem e por conta própria, nacionais e internacionais.
- Decreto-Lei n.º 239/2003 de 4 de Outubro - Estabelece o regime jurídico do contrato de transporte rodoviário nacional de mercadorias.
- Portaria nº 209/2004 de 3 de Março - Aprova a Lista Europeia de Resíduos.
- Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de Setembro - Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Diretiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro.
- Declaração de Retificação 16/2007, de 26 de Fevereiro - De ter sido retificada Portaria n.º 50/2007, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova o

modelo de alvará de licença para realização de operações de gestão de resíduos, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 6, de 9 de Janeiro de 2007.

- Decreto-Lei n.º 46/2008 de 12 de Março - Aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.
- Ata de registos preenchida de acordo com os códigos CER, constantes da Comissão de 2000/532/CE de 3 de Maio de 2000.

Trabalhos na proximidade de linhas-férreas:

- Regulamentos Gerais de Segurança e Instruções Complementares de Segurança da REFER e da CP (Caminhos de Ferro Portugueses), nomeadamente:
- Regulamento Geral de Segurança II (RGS II) – Sinais.
- Regulamento Geral de Segurança III (RGS III) – Circulação de Comboios
- Regulamento Geral de Segurança XII (RGS XII) - Serviço nas vias interditas à circulação.
- Instrução Técnica n.º E-IT-01/70 - Normas gerais de segurança para trabalhos em linhas eletrificadas em corrente monofásica 25 kV – 50 Hz e sua vizinhança.
- Instrução Técnica nº I.E.T. 77 - Normas e procedimentos de segurança em trabalhos na infra-estrutura ferroviária.
- Instrução Complementar de Segurança N.º 2/84 (ICS 2/84) – Proteção a zonas de trabalhos e normas de segurança das equipas em trabalhos de via.

Normas

- NP 4397:2001 - Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho – especificações.
- NP 4410:2002 - Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho linhas de orientação para a implementação da Norma NP 4397.
- NP 1796: 1988 - Higiene e Segurança no Trabalho - valores limites de exposição para substâncias nocivas existentes nos locais de trabalho.
- EN 1263-1:2002 - Safety nets – Part 1: Safety requirements, test methods.
- EN 1263-2:2002 - Safety nets – Part 2: Safety requirements for the positioning limits.
- NP EN 397:1997 - Capacetes de proteção para a indústria.
- EN 149:2001 - Respiratory protective devices – Filtering half masks to protect against particles – Requirements, testing, marking.

- EN 149/AC:2001 - Respiratory protective devices – Filtering half masks to protect against particles – Requirements, testing, marking.
- NP 4386:2001 - Equipamento de Segurança e de combate a incêndio; símbolos gráficos para as plantas de emergência contra incêndio; especificações.
- NP EN 458:1996 - Protetores auditivos – Recomendações relativas à seleção, à utilização, aos cuidados na utilização na manutenção, documento guia.
- NP EN 352-1:1996 - Protetores auditivos – Requisitos de segurança – Requisitos de segurança e ensaios Parte 1: Protetores auriculares.
- NP EN 352-2:1996 - Protetores auditivos – Requisitos de segurança e ensaios Parte 1: Tampões auditivos.
- NP EN 420:1996 - Requisitos gerais para luvas. Requisitos gerais e métodos de ensaio.
- NP EN 471:1996 - Vestuário de sinalização de grande visibilidade.
- EN 344:1992 - Requirements and test methods for safety protective and occupational footwear for professional use.
- EN 344-2:1996 - Safety, protective and occupational footwear for professional use Part 2: Additional requirements and test methods.
- EN 345:1992 - Specifications for safety footwear for professional use.
- EN 345-2:1996 - Safety footwear for professional use – Part 2: Additional specification.
- EN 346:1992 - Specifications for protective footwear for professional use.
- EN 346-2:1992 - Protective footwear for professional use Part 2: Additional specifications.
- EN 347-1:1992 - Occupational footwear for professional use Part 1: Specification.
- EN 347-2:1996 - Occupational footwear for professional use Part 2: Additional specifications.
- HD 1000:1988 - Andaimes de serviço e trabalho com elementos pré fabricados.
- NP EN 10025-1: 2004 - Produtos laminados a quente de aços de construção não ligados. Parte 1: Condições técnicas gerais de fornecimento.
- EN 166:2001- Proteção individual dos olhos. Especificações.
- EN 167:2001 - Proteção individual dos olhos. Métodos de ensaio óticos.
- NP EN 397:1997 e EN 397:1995/A1:2000 - Capacetes de proteção para a indústria.
- NP 3460:1990 - Aparelhos de elevação e movimentação. Verificações e ensaios.
- NP 4305:1995 - Madeira serrada de pinheiro bravo para estruturas. Classificação visual.
- NP 1748:1985 - Aparelhos de elevação e movimentação. Aparelhos de elevação de série. Terminologia ilustrada. Lista de termos equivalentes.

- NP 1939:1988 e NPEN 1939/Emenda 1: 1996 - Aparelhos de elevação e movimentação. Aparelhos pesados. Regras de segurança.
- EN 338:2003 - Madeira estrutural. Classes de resistência.
- EN ISO 20344:2004 e EN ISO 20344:2004/A1:2007 - Equipamento de proteção individual. Métodos de ensaio para calçado.
- EN ISO 20345:2004 e EN ISO 20345:2004/A1:2007 – Equipamento de proteção individual. Calçado de segurança.
- EN ISO 20346: 2004 e EN ISO 20346:2004/A1:2007 – Equipamento de proteção individual. Calçado de proteção.
- EN ISO 20347: 2004 e EN ISO 20347:2004/A1:2007 – Equipamento de proteção individual. Calçado ocupacional.
- EN 352 - 1:2002 - Protetores auditivos. Requisitos gerais. Parte 1: Protetores auriculares.
- EN 352 - 2:2002 - Protetores auditivos. Requisitos gerais. Parte 2: Tampões auditivos.
- EN 361:2002 - Equipamento de proteção individual para prevenção de quedas em altura. Arneses anti-queda.
- ISO 4310:1981. - Gruas. Ensaios e procedimentos.
- ISO 9927 - 1:1994 - Gruas. Inspeções. Parte 1: Generalidades.
- ISO 12485:1998 - Gruas torre. Requisitos de estabilidade.
- ISO 12482 - 1:1995 - Gruas. Condições de monitorização. Parte 1: Generalidades.
- ISO 12478 - 1:1997 – Gruas. Manual de manutenção. Parte 1: Generalidades.
- ISO 12480 - 1:1997 - Gruas. Utilização segura. Parte 1: Generalidades.
- ISO 13200:1995 - Gruas. Sinalização de segurança e pictogramas de risco. Princípios gerais.